

PLANO DE TRABALHO DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
17/2019, DO SENADO FEDERAL.

Roteiro de Trabalho

Proposta do Relator Deputado ORLANDO SILVA

I. Introdução

Visando o bom funcionamento desta Comissão Especial sugerimos aos ilustres membros do Congresso Nacional o presente roteiro de trabalho, que nos permitirá formar convicção sobre o mérito da matéria, sua relevância e urgência, e constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Temos convicção de que com a participação ativa de todos os membros chegaremos a bom êxito nos trabalhos. Por esse motivo e tendo em vista o exíguo prazo disponível, propomos reuniões administrativas, convocadas com antecedência e com pautas específicas, para discussão dos principais temas de que trata a medida.

II. Método de Trabalho

Para consecução dos trabalhos desta Comissão Especial, este plano de Trabalho prevê, além das reuniões de trabalho e deliberativas, a realização de Audiências Públicas para que especialistas do setor, tanto da Administração, quanto do setor privado, possam ser ouvidos.

Além das previstas neste Plano de Trabalho, poderão ser realizadas outras diligências julgadas necessárias pela Presidência, Relatoria e Plenário deste colegiado.

a) Primeira Audiência Pública (prevista para 22 de Outubro de 2019)

Tema: Proteção de Dados como Direito Fundamental

Descrição: Nesta reunião será focada a adequação jurídica do enquadramento da proteção de dados pessoais como um direito fundamental, considerando a natureza e características desse direito.

b) Segunda Audiência Pública (prevista para 29 de Outubro de 2019)

Tema: Competência Privativa da União para Legislar sobre Proteção e Tratamento de Dados Pessoais

Descrição: Nessa audiência se discutirá a conveniência e oportunidade de se concentrar a competência legislativa para tratamento e proteção de dados pessoais no âmbito da União. Quais as vantagens e desvantagens e as experiências de outros países a esse respeito.

c) Terceira Audiência Pública (prevista para 5 de Novembro de 2019)

Tema: Impactos da PEC nº 17/2019 na futura atuação da Autoridade Nacional de Proteção de dados pessoais – ANPD e os direitos dos usuários

Descrição: Essa audiência tem o propósito de debater como a transformação do direito à proteção de dados pessoais e a concentração da competência legislativa na União podem impactar para melhor ou pior os trabalhos a serem desenvolvidos pela Autoridade Nacional de Proteção de dados pessoais – ANPD e os direitos dos usuários.

d) Quarta Audiência Pública (prevista para 12 de Novembro de 2019)

Tema: Papel de Estados e Municípios na Proteção dos Dados Pessoais

Descrição: Nessa audiência pública se discutirá o papel que Estados e Municípios da federação devem ou deveriam desempenhar na proteção de dados pessoais; se um papel legislativo, se uma atuação de viés consumerista, entre outros.

III. Conclusão

Temos a certeza de que com a consecução deste Plano de Trabalho, que salientamos, é um indicativo que poderá ser alterado ao longo do célere trabalho que nos cabe, chegaremos a bom termo no apreço da matéria.

Estamos certos de contar com a colaboração e participação ativa de todos os membros deste Colegiado.

Sala das Comissões, em de outubro de 2019

Deputado Orlando Silva
Relator